

Avaliação dos Impactos dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Sertão Pernambucano

Ana Cristina Brito Arcoverde, Creusa da Silva Melo, Raquel Maíra

Pereira dos Santos Alves e Clara Martins do Nascimento

In: Anais do XI Encontro Nacional da ABET - A Crise Mundial e os Dilemas do Trabalho. Campinas - SP, 2009.

Resumo

Este trabalho objetiva discutir a avaliação de impactos: “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas, positivas ou negativas, planejadas ou não, na vida das pessoas (empreendedores associados e suas famílias, e na social-economia do local) e ocasionadas por determinada ação ou série de ação” (Roche, 2002, 37). Trataremos aqui dos resultados e mudanças socioeconômicas e ideológicas dos empreendimentos econômicos solidários para seus membros e para a localidade. Trazemos a experiência de pesquisa realizada no âmbito do Estado com os empreendimentos econômicos solidários da Mesorregião do Sertão pernambucano, com a qual construímos uma estrutura de impactos socioeconômicos e ideológicos subsidiada pelo acompanhamento de indicadores, criação de categorias que possibilitam a verificação dos impactos nas suas diferentes dimensões: objetiva, subjetiva e substantiva.

Palavras-chave: Avaliação de impactos; empreendimentos econômicos solidários; indicadores sociais.

Contextualizando a Avaliação

Avaliação de políticas, programas e projetos têm se constituído nas últimas décadas em desafio incontornável e crescente para número cada vez maior de gestores e pesquisadores envolvidos, direta ou indiretamente, com os rumos da política pública no Brasil, na América Latina e no mundo.

No contexto brasileiro, o tema tem adquirido maior visibilidade na agenda pública, sobretudo a partir dos anos 80, quando os movimentos sociais passaram a demandar um alargamento do horizonte das políticas públicas e em particular das políticas sociais, exigindo destas a universalização e a transparência na condução administrativa e financeira. Simultaneamente, desenvolve-se um movimento de pressão dos organismos financiadores, sobretudo os internacionais, no sentido de dimensionar a política pública e inseri-la num contexto de maior racionalidade dos gastos públicos.

Assim, avaliar políticas, programas e projetos, sobretudo os públicos, ergue-se como condição essencial para obtenção de financiamentos, a partir de três lógicas de aferição: eficiência, efetividade e eficácia. Conforme Silva (2001:47), “entende-se por eficiência ou rentabilidade econômica a relação

entre os custos despendidos e os resultados do programa; por efetividade a relação existente entre resultados e objetivos; e por eficácia o grau em que objetivos e metas foram alcançados na população beneficiária, num determinado período de tempo”.

O processo de redemocratização do País validou a avaliação de Políticas públicas como uma necessidade de colocar os gestores públicos frente a um crescente patamar de responsabilidade com a chamada “coisa pública”, contribuindo para consolidar o debate democrático, na medida em que auxilia as tomadas de decisões sobre os fundamentos, diretrizes e os rumos da política; ao tempo em que favorece maior aproximação às mesmas pelos diversos sujeitos sociais envolvidos na sua execução, impulsionando a superação da opacidade própria aos períodos ditatoriais. Portanto, avaliação passa a ser incorporada à gênese, ao desenvolvimento e aos resultados das políticas públicas no Brasil.

Política pública guarda coerência e pertinência com a relação construída entre Estado e sociedade no Brasil que nasce sob o signo do autoritarismo, sob regimes políticos centralizadores, concentradores e excludentes. Traços esses que ainda não foram de todo superados atualmente. Historicamente, a política pública tem apresentado perfil paternalista, clientelista e autoritário, visto que exclui a participação da população envolvida nos processos decisórios, assumindo traços privatistas presentes na cultura política brasileira que construiu um Estado aprisionado aos interesses de determinadas classes sociais. Razão pela qual, o clientelismo, e a corrupção, sem falar nos insucessos dos resultados no campo das políticas públicas, têm sido apontados como problemas cruciais na condução da política pública brasileira, e que coloca em evidência a imbricação entre o público e o privado, a supremacia do poder de determinadas classes e grupos sociais sobre os interesses universais.

Apesar dos avanços obtidos no âmbito da gestão das políticas públicas, com a institucionalização de diversos mecanismos de controle social, como os conselhos, fóruns, etc., inclusive os legais, aquelas ainda são marcadas por um processo ambivalente, onde os progressos democráticos convivem com o descompromisso com a proteção social, comprometendo o atendimento das necessidades materiais fundamentais da sociedade pelas funções quase exclusivas do Estado.

É nesse âmbito que afirmamos a importância dos processos avaliativos como ferramentas capazes de conferir visibilidade às demandas na esfera das políticas públicas e me permitam das sociais. “A avaliação implica no exercício de importante direito democrático: o controle sobre as ações de interesse público” (Gomes, 2001:21).

A avaliação da política pública é concebida como ferramenta precípua para alargamento da esfera pública e da participação da sociedade civil, favorecendo ações substanciadas nos princípios da transparência e da democracia entendida como socialização da política. Avaliação é “estratégia de construção da esfera pública como mecanismo de articulação entre Estado e sociedade civil numa perspectiva de crescente democratização da vida brasileira, em uma nova ordem social que valoriza a universalização dos direitos de cidadania” (Gomes, 2001:31).

Sobre a Avaliação

O substantivo ou palavra avaliação possui ou é utilizado no sentido lato e significa determinar a valia, valor, preço, merecimento ou estima de algo, mas, avaliação, a fazemos sem nos apercebermos cotidianamente. No sentido estrito, ou avaliação utilizada no campo profissional, ela é complexa, se orienta pelo método científico e possui múltiplas dimensões, sejam: valorativa, cognitiva, comportamental. Dependendo da área de conhecimento, avaliação procura dar conta de problemas, realizarem mensurações e buscar instrumentos capazes de aferir cada dimensão.

A avaliação inclui dimensão técnica e metodológica, além da teórica e política. Tratando-se de avaliação de políticas públicas são os métodos e técnicas da pesquisa social que darão sentido à busca de subsídios para afirmar da contribuição ou não das mesmas para a melhoria das condições de vida da população em geral e para a intervenção do Estado na realização da “res” pública.

Além de se constituir em atividade sistemática, planejada e dirigida por objetivos, a avaliação “identifica, obtém e propicia informações válidas confiáveis, suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito, importância, contribuição ou valor de uma política, programa, projeto, ou atividade específica; comprova a extensão e o grau dos resultados e serve de base para tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento da política, de programas ou ações, soluções de problemas e compreensão dos fatores determinantes de êxitos e fracassos”, (Silva, 2002, 48-49).

Avaliação é também entendida como uma ação que produz conhecimento, embora seja mais reconhecida a importância da avaliação como modo de julgar processos ou ações. (Barreira, 2000, p.17). É importante reforçar que suas duas dimensões, a técnico - metodológica e a política não são isoladas, mas articuladas e que em ambas se lança mão de métodos e técnicas da pesquisa social aplicada que conferem sentidos quando for possível subsidiar decisões e ações concretas. (Gomes in Silva, 2001, pág. 48).

Mas é necessário compreender que qualquer avaliação, sobretudo a de impacto, identifica apenas a mudança e sua dimensão ocorrida numa situação conhecida previamente, mas não pode afirmar que a mudança resultou, diretamente e exclusivamente, do programa desenvolvido uma vez que devem ser consideradas no processo avaliativo todas as variáveis que se apresentam como determinantes, ou sejam: o contexto social, político, econômico e cultural de dada população, Estado, e as Instituições envolvidos no processo de implementação da ação.

Ainda, sobre avaliação, a literatura tem registrado diversas modalidades ou tipos definindo-os através de múltiplos critérios, e em função das perguntas que se fazem à realidade de uma política, de um programa, de uma ação ou de uma experiência. Geralmente o objeto para avaliação é que permite as escolhas do tipo, método, procedimentos e técnicas mais adequados para serem utilizados.

Cohen & Franco (1993) tipificam avaliação conforme o momento em que se realiza e seus objetivos, a saber: antes, durante e depois. Na avaliação ex-ante são antecipados aspectos a serem considerados no processo decisório para conferir racionalidade ao mesmo, ordenar a política, programas e projetos segundo a eficiência e até decidir se deve ou não ser implementados. Para

tanto requer a análise da relação entre custo e benefício e entre custo e efetividade. Na avaliação ex-post, que é realizada durante ou após a execução do projeto ou ação o objetivo é buscar subsídios para fundamentar decisões qualitativas de manter ou introduzir modificações. Trata-se de avaliação de processo ou concomitante e avaliação terminal ou do depois que é a avaliação de impacto.

Aguilar & Ander-Egg (1994) utilizando o mesmo critério do momento chega a uma tipologia semelhante classificando a avaliação em antes, durante e depois. Na modalidade antes a preocupação é com a pertinência, viabilidade e eficácia em potencial, frente à realidade. A avaliação realizada durante a execução ou avaliação de gestão de uma política pública contínua levanta informações sobre o andamento da mesma, dos programas, dos projetos, ponderando resultados, com o objetivo de avaliar mudanças situacionais e se não corresponder ao planejado subsidiar alterações. A avaliação ex-post é a de impacto, e objetiva avaliar a eficiência, os produtos, os efeitos e os impactos, bem como o conhecimento e a experiência para orientar práticas e programas futuros.

Browne & Wildavsky (1984), utilizando o critério do tempo de realização, classifica a avaliação como: retrospectiva, prospectiva, formativa, contínua e integrativa. Ainda, Cohen & Franco (1993) e Aguilar & Ander-Egg (1994), conforme quem realiza a avaliação, apontam para os tipos seguintes: externa, avaliação realizada por pessoas estranhas ao quadro da instituição, programa ou ação; interna ou auto-avaliação, realizada no interior da instituição por pessoas vinculadas ou não à formulação e, ou execução do programa, ação ou experiência. Ainda, falam de avaliação mista que combina as modalidades interna e externa com a intenção de superar os limites de ambas e preservar as suas vantagens.

Quanto aos destinatários das avaliações, Silva (2001) baseada em Cohen & Franco indica serem os dirigentes superiores, os administradores e os técnicos que executam o programa, o projeto ou realizam as ações, os destinatários das avaliações. Pouco se focaliza a população como participante e destinatário da avaliação. Saul (1998, 97-98) tratando da avaliação no bojo da ação educacional, chama a atenção para os pressupostos teórico-metodológicos e políticos que vão de encontro à avaliação de cunho positivista e aponta para a avaliação emancipatória que se expressa como uma dimensão de prática social que influencia, e é influenciada pelos contornos que a cercam. Assim, ao lado de decisões técnicas uma proposta de avaliação em especial a de políticas públicas envolve decisões teóricas e políticas.

Fala-se, também, de uma infinidade de modalidades de avaliação: avaliação inferencial, livre, multiobjetivo, por decisão teórica, verdadeira, meta-avaliação, pseudo-avaliação, quase avaliação, interativa, por atores, por processo, por necessidade, formativa, etc.

Avaliação de Impactos: O Caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários, em Pernambuco¹

A avaliação de impactos ou ex-post, compreensiva, somativa se interessa pelos resultados obtidos pelo conjunto de ações desenvolvidas no âmbito de uma política, programa ou projeto, ou

¹ Projeto Avaliação dos Impactos Socioeconômicos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco (2007-2010).

seja: está focada na eficácia entendida como mudança ou estimativa das ações sobre o problema que as requereram.

Conforme Roche (2002, 33), “as abordagens de avaliação de impacto “seqüência de acontecimentos que emanam da implementação de uma decisão”, de uma ação, datam dos anos 50 do século passado”. Não é raro que as mesmas àquela ocasião tratassem de prever como política pública, antes do início de um dos programas, experiência ou ação, suas prováveis conseqüências, fossem elas sociais, econômicas, ambientais ou de outra natureza, para poder aprová-las, ajustá-las ou mesmo rejeitá-las.

Dentre as abordagens de avaliação de impacto, têm-se as de impacto social, de custo-benefício social, ambiental, etc. Nos últimos tempos esforços têm sido empreendidos para integrar as avaliações de impacto social e ambiental em formas mais coerentes, além do que a análise de impacto social esteve limitada quanto a sua realização de somente ser realizada após vários anos do encerramento de um programa e, ou experiência.

Nos anos de 1980 surgiram vários métodos de pesquisa preocupados em tornar as pessoas e comunidades participantes sujeitos ativos das avaliações de impactos. Apesar de tais iniciativas no campo da avaliação de impactos, não é comum ou freqüente a sua realização. Os analistas preferem antes se referirem aos efeitos ou resultados do programa, ação ou experiência do que aos impactos, seja na sua concepção de “mudanças sustentadas nas vidas das pessoas provocadas por uma determinada intervenção” ou experiência, seja: de impacto “como mudanças significativas ou permanentes na vida das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações”, (Roche, 2002:36). Para tanto, construiu o que ele denomina de cadeia de impactos (Roche, 2002:43), qual seja, insumos - atividades - produtos - resultados ou efeitos e impacto, e definiu para cada elo os indicadores.

Cardoso (1998, 51) chama a atenção para a complexidade da avaliação de impactos “já que não basta mostrar que ocorreram mudanças, mas é preciso mostrar, também, que as mudanças registradas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem a ação” realizada. Ainda, que é preciso considerar a natureza do impacto, seja ele objetivo (mudanças quantitativas em termos de acréscimos de bem-estar), subjetivo (estado de espírito ou percepção da importância do empreendimento) ou substantivo (qualidade do acréscimo).

Independente da natureza do impacto, sua aferição requer sejam comparados os aspectos quantitativos, qualitativos e ideológicos da população entre o antes, no processo e o depois da ação ou experiência realizada. No caso dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco são buscados os acréscimos de bem-estar, a percepção que os empreendedores possuem do próprio negócio e a qualidade da mudança em sua vida e no contexto do local.

Avaliação de impactos está sendo considerada na pesquisa que estamos realizando como “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas, positivas ou negativas, planejadas ou não, na vida das pessoas (empreendedores associados e suas famílias, e na social-economia do local) e ocasionadas por determinada ação ou série de ação” (Roche, 2002, 37). O foco é, portanto,

nos resultados e conseqüências dos empreendimentos econômicos solidários em termos sociais, econômicos e ideológicos para os seus membros e para a localidade, e a atenção dedicada à natureza sistemática de tal esforço.

À guisa de exemplo, reproduzimos a estrutura da cadeia de impactos que construímos tomando como subsídios a Cadeia de Impactos de Roche e as dimensões de Cardoso, e os indicadores sociais, econômicos e ideo-políticos que definimos para cada elo da cadeia.

Metodologia de Avaliação de impactos socioeconômicos nas suas dimensões: objetiva, subjetiva, e substantiva

Como a maior parte dos conceitos desenvolvidos pelas ciências sociais, o de pesquisa ainda passa por acréscimos, críticas e inconsenso, Entendemos a pesquisa sob a perspectiva conceitual de Ander-Egg (1997, p. 1) a qual é identificada como [] “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Dessa maneira, Marconi & Lakatos (2008, p. 1), coloca que a pesquisa requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Esta afirmativa nos impele a definir os melhores métodos e adaptá-los à problemática para aplicá-los à determinada realidade. A escolha da metodologia é neste sentido primordial para obter o que se almeja com dada investigação. São os métodos científicos que nos levarão ao conhecimento aproximado da realidade.

De um modo geral, são muitos e diversificados os tipos de pesquisa e de metodologias utilizadas nas ciências sociais e aplicadas, as quais são delimitadas de acordo com os objetivos de cada trabalho ou problema pesquisado. Para o caso específico da avaliação de impacto, tema que investigamos, nos detemos sobre a pesquisa qualitativa e quantitativa uma vez que compreendemos os dois métodos como importantes e complementares para a investigação do problema estudado.

Não queremos nos deter ao “falso dilema” de perceber as duas técnicas como divergentes ou contraditórias (Batista, apud Martineli, 2003, Org), mas que são imprescindíveis a nossa investigação. Uma vez que nenhum resultado obtido pelo estudo tem caráter absoluto e que o pesquisador está no processo do conhecimento como sujeito que também sofre a ação. Ou seja, a realidade é uma construção social da qual o investigador participa. Diante do exposto, fica evidente a nossa discordância sobre a neutralidade do pesquisador defendida pelas correntes teóricas mais conservadoras.

Para empreender a avaliação dos impactos sócio-econômicos nas condições de vida dos participantes e suas famílias, e no contexto no qual se desenvolvem os empreendimentos econômicos solidários, nos utilizaremos como já foi dito, de procedimentos metodológicos de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa nas diversas fases da cadeia de impactos e da investigação.

A fase inicial de desenvolvimento da avaliação se deu pela atualização e levantamento dos empreendimentos existentes no Estado de Pernambuco, a partir de dados coletados em pesquisas

por nós realizadas em anos anteriores, através da OCB-SESCOOP/PE (Organização das cooperativas Brasileiras), bem como pela base de dados do SIES (Sistema de informação sobre economia). Após o levantamento feito com as bases de dados com todos os empreendimentos registrados no SIES, da lista cedida pela OCB-SESCOOP/PE e do banco de dados das pesquisas que realizamos anteriormente, passamos para a fase de comparação e compilação de informações relevantes para subsidiar a construção do universo da pesquisa de campo para nova coleta de dados nos Municípios do estado de Pernambuco.

Foi realizado um trabalho minucioso de comparação, de forma que, foi possível construir uma base de dados única contendo as informações mais relevantes para o conhecimento e identificação de cada empreendimento do estado. As informações destacadas na lista única são as mais variadas, destacando-se identificação do empreendimento, endereço, telefone, e-mail, ramo de atividade do empreendimento e ano de fundação.

De posse destas informações foi possível traçar a localização e identificação das iniciativas e agrupá-las por mesorregião e microrregião, forma de organização, capacidade financeira, entre outras. É possível também realizar a classificação e seleção das unidades econômicas coletivas de trabalhadores que serão estudadas em profundidade no trabalho de campo a partir de diferentes tipos de amostras.

Uma vez cadastrados e classificados os empreendimentos econômicos solidários selecionamos uma amostra aleatória simples do universo de empreendimentos do estado que é de 1.954 unidades presentes nas cinco mesorregiões do estado. A amostra geral foi de 333 empreendimentos presentes em 128 municípios a serem percorridos no intuito de estudar em profundidade características da sua produção, produtividade, investimento, custos, participação no empreendimento, financiamento e dívidas; bem como das condições de vida de seus participantes e familiares levando em conta os seguintes indicadores sociais – renda, propriedade, trabalho, proteção social, despesa familiar, condições de habitação, lazer, saúde, água e saneamento, escolaridade, etc.

Durante toda a execução do projeto em questão foram levantados e acompanhados mensalmente dados sócio-econômicos dos locais aonde se desenvolvem os empreendimentos e cotejados com os dados familiares. A intenção foi captar os insumos, atividades, produtos, resultados e, impactos dos empreendimentos entendidos como melhoria efetiva nas condições de vida dos empreendedores e seus rebatimentos nos indicadores sócio-econômicos do local e na família.

Para tanto nos baseamos em fontes de pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e PNAD (pesquisa por Amostra de Domicílios), além das informações contidas nas prefeituras de alguns Municípios.

Foram realizadas de modo concomitante a todo o processo, leituras dirigidas de documentos produzidos com a coleta de dados orientada por categorias e unidades de contexto nos textos. Para compreender e delimitar as categorias necessárias ao desenvolvimento do projeto, a saber: condições de vida, cotidiano, mudanças, impactos sociais e econômicos, trabalho, produção, renda,

ganhos e sua redistribuição, índices de desenvolvimento local, entre outros. Também foi de extrema importância a leitura da literatura existente a respeito do contexto social, econômico e político do país, do estado e do município como subsídio à identificação de determinantes externos e a análise dos resultados, produtos e impactos ou dos processos de mudança social e econômica ocorrida a partir da criação e participação do trabalhador no empreendimento econômico solidário.

Com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os empreendimentos econômicos solidários, sua taxonomia, produção, atividades, distribuição e comercialização, servindo de instrumento para analisar as especificidades encontradas na realização de nossas pesquisas, construímos um universo/banco de dados que está sendo utilizado para a caracterização de cada empreendimento pesquisado. Estão contidos nesse banco de dados, transformado em catálogo, 1.954 empreendimentos Solidários abrangendo todo o estado de Pernambuco. A partir da elaboração e publicação deste catálogo² foi possível unificar e atualizar dados referentes à totalidade dos empreendimentos, quanto a: município, nome do empreendimento, atividades, endereço, telefone e e-mail. Dados estes que são importantes para a identificação e localização dos empreendimentos quando do processo do trabalho de campo.

Na atividade de elaboração do catálogo trabalhamos no âmbito da identificação dos empreendimentos por município; identificação das atividades desenvolvidas, bem como a forma de organização; identificação dos endereços; formatação e reordenamento dos dados obtidos; finalizando esse processo com a correção dos possíveis erros de digitação.

Além da elaboração do catálogo já citado, construímos ainda, um gráfico contendo a estrutura de avaliação de impactos com todos os indicadores considerados pertinentes à averiguação e medição dos impactos socioeconômicos dos empreendimentos em questão. Para definição e reconstrução dos indicadores em questão, foram realizadas discussões da equipe sobre o significado de cada indicador de acordo com a especificidade da pesquisa pretendida. A referida estrutura tem por base os principais indicadores propostos pelos órgãos que já realizam pesquisa neste âmbito como IBGE, IPAD, IPEA e secretarias estaduais e municipais, entre outros. No entanto, verificamos que os dados existentes não eram suficientes para responder a investigação desejada e, portanto, foi necessário criar e definir alguns indicadores para completarmos a estrutura de impactos de forma a ampliarmos o nosso banco de dados e podermos responder de maneira mais fiel ao fenômeno estudado. Fizemos uma adaptação da estrutura de impactos sociais dos autores Bonacelli et.al.

Ao definir e conceituar os indicadores econômicos, sociais e ideopolíticos e verificar as mudanças objetivas, subjetivas e substantivas ocasionadas pela ação dos empreendimentos, seus trabalhadores e pelo contexto local, pensa-se em abranger em todos os aspectos a avaliação de impactos em suas diferentes modalidades. Só a partir deste trabalho de identificação e associação de fatores é possível objetivar que as mudanças observadas geraram impactos para o objeto estudado. Vale salientar que numa primeira abordagem, os indicadores são estabelecidos, tais como já foram delimitados, a avaliação ou o processo avaliativo verificará em que grau esses indicadores podem

² Arcoverde, A. C. B. (et al). Catálogo dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Pernambuco. Ed. Universitária, 2008.

ser combinados; a segunda abordagem vai mensurar, de fato, a mudança ocorrida pela inserção dos trabalhadores nos empreendimentos solidários e, a terceira abordagem, irá mais além, explorará se a mudança é significativa e causa influência na vida dos trabalhadores e de suas famílias e na localidade onde estão inseridos.

Finalizada a estrutura de impactos, trabalhamos e traduzimos cada indicador em questão ou pergunta objetiva nos questionários a serem respondidas pelos entrevistados. O questionário abrange todos os indicadores definidos no gráfico da estrutura e objetiva ao final da sua aplicação obter o perfil dos empreendedores como também da participação do empreendimento e dos trabalhadores na cadeia de impactos.

Ao mensurar os impactos sociais, buscamos identificar nas condições de vida dos participantes e de suas famílias mudanças provocadas pela inserção nas iniciativas solidárias. Destacamos para tanto como indicadores: os sociais - a alimentação – tipo de alimentação e frequência das refeições; o trabalho – proteção trabalhista (carteira assinada, autônomo), sem proteção trabalhista (informal, autônomo e terceirizado); a despesa familiar – investimento em alimentação, educação, saúde, vestimenta, lazer e remédio, reserva/poupança, transporte, energia e água; a habitação/condições de habitabilidade – moradia (própria e alugada), abastecimento de água, saneamento/esgoto, abastecimento de energia; a educação – anos de escolaridade, nível de ensino, escola pública ou privada; a saúde – doenças mais comuns, acesso ao SUS, saúde privada (plano de saúde); e o lazer – viagem, cinema, praça, parque, praia, shows, entre outros.

Para mensurar os impactos econômicos, investigamos a produção dos empreendimentos – principais atividades desenvolvidas, principais produtos, distribuição dos ganhos, distribuição das tarefas e a produção; a produtividade – condições de trabalho, equipamentos, ferramentas, serviços, tempo necessário para produzir; a renda – composição da renda (benefício, aposentadoria, salário, aluguel), valores em reais da renda familiar e per capita; o investimento – participação dos sócios nos empreendimentos e financiamentos; e os custos, caracterizados pelas dívidas adquiridas.

Por último, a mensuração dos impactos ideopolíticos, visando identificar a percepção da mudança provocada pela inserção nos empreendimentos; a qualidade de vida – pelo grau de satisfação no trabalho, do convívio familiar; o nível de empoderamento e politização – acesso a serviços, visibilidade junto à comunidade ou entorno do empreendimento do trabalho realizado e participação em associações, sindicatos ou mesmo em outros empreendimentos.

É possível identificar, portanto, que os tipos de impactos destacados acima estão relacionados com as dimensões: objetiva, substantiva e subjetiva do impacto, ou seja, ao falar de impacto econômico, estamos falando do impacto na sua dimensão objetiva a partir da qual é possível verificar as mudanças quantitativas nos sujeitos pesquisados, ou na população beneficiária (Stephanou & Cardoso, 2005).

Da mesma forma, a partir da identificação dos impactos sociais de uma ação numa determinada população ou grupo pode-se verificar o impacto na sua dimensão substantiva pela qual se percebe uma melhoria ou alteração qualitativa nas condições de vida desses sujeitos, ou seja, há um acréscimo

de bem-estar na vida dos mesmos que segundo (Stephanou & Cardoso, 2005), é importante ver se os objetivos ou resultados esperados tem atuação positiva considerando ainda os princípios morais e de justiça social presentes.

Já com relação à dimensão subjetiva do impacto, a sua contribuição na percepção dos impactos ideopolíticos está relacionada com a identificação de mudanças de espírito, percepção da realidade, visão de mundo, consciência e ação política. São mudanças que independem dos ganhos financeiros, objetivos ou substantivos, é o nível de percepção da população que se quer medir, o que ela pensa sobre a ação desenvolvida, sobre os benefícios recebidos e sobre a realidade que a rodeia. Daí a importância de coletar informações diretamente com a população envolvida na ação, ou seja, junto aos empreendedores e seus familiares sobre o que pensam, e suas considerações quanto à importância do empreendimento e das mudanças sociais e econômicas provocadas pelo mesmo no seu cotidiano e no local.

Na página seguinte é apresentado o gráfico que elaboramos com toda a estrutura dos impactos que queríamos aferir. Foi um trabalho intenso de reflexão, debates, leituras e pesquisas sobre indicadores socioeconômicos e políticos. Para reconstruir a estrutura dos impactos adaptados ao problema de pesquisa foi necessário criar alguns indicadores já que não os encontramos disponibilizados nas fontes tradicionais de pesquisa. Os impactos ideopolíticos, em particular, são os de maior dificuldade de mensuração para o âmbito da nossa pesquisa.

O objetivo desse trabalho de construção de indicadores e de categorias para a referida avaliação se apresenta como etapa imprescindível ao desenvolvimento da pesquisa além de possibilitar o máximo de precisão possível na distinção dos diferentes níveis de mudança proporcionada pela ação. (Roche, 2002, p. 42 – 49). A partir desta perspectiva é possível fazer a caracterização dos insumos empreendidos em cada um dos empreendimentos pesquisado; o fluxo das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores seja na área da produção, dos serviços ou políticas. Bem como os seus produtos: objetos fabricados, lucros obtidos, experiência associativa, percepções dos ganhos sociais e econômicos, visão de mundo. Os resultados são aferidos a partir da identificação de categorias como elevação do padrão de consumo de bens e serviços, qualidade de vida e investimentos; e os impactos, pela mudança, melhorias de bem-estar, na percepção do próprio empreendedor nos indicadores sociais e econômicos do Município.

A realização da pesquisa de campo ou coleta de dados junto aos empreendimentos e empreendedores exigiu a utilização de múltiplos instrumentos associados. Por se tratar de uma pesquisa que visa avaliar impactos em suas várias dimensões, utilizamos o questionário semi-estruturado, a entrevista aberta, o diário de campo e a observação simples, considerados os instrumentos mais adequados para captar as informações de que precisamos.

Desta maneira, foi elaborado um questionário semi-estruturado dividido em duas partes. A primeira parte com questões direcionadas ao empreendimento, a fim de averiguar as informações já contidas no Catálogo como também verificar os tipos de atividades desenvolvidas por cada um deles, seu perfil e características. Na segunda parte, o questionário está dividido a partir das dimensões da



cadeia de impactos definidas por Roche (2002, p. 43), quais sejam, insumos – atividades - produtos - resultados ou efeitos e impacto, e a partir das definições de indicadores construídos pela equipe de pesquisa.

A fim de constatarmos a aplicabilidade do nosso instrumento de coleta de dados e corrigir possíveis falhas, realizamos um pré-teste com a aplicação de três questionários em visita a três empreendimentos localizados na Região Metropolitana do Recife. A escolha destes empreendimentos se deu pela retirada de amostra aleatória simples³ do total de empreendimentos da referida região. Após a aplicação dos questionários e tabulação das questões no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) verificamos que o mesmo apresentava algumas falhas e necessitava de algumas correções/adaptações antes de realizarmos a pesquisa de fato em todo o estado.

Preparar o universo para construir a amostra é etapa fundamental para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa e aprofundar os conhecimentos sobre os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco. Sendo assim, do total de 1.954 empreendimentos, foi retirada uma amostra aleatória simples na sua variação multifásica ou em várias etapas, no qual o procedimento é diverso e consiste em duas fases. A primeira fase corresponde ao sorteio de uma amostragem ampla que é submetida a uma investigação rápida e pouco profunda; o conhecimento obtido nessa fase permite extrair, da amostra mais ampla, uma menor, que será objeto de uma pesquisa aprofundada (segunda fase) (Marconi & Lakatos, 2008, p. 33).

O tamanho da amostra foi baseado no coeficiente de confiança de 95,5% proposto por Gil (1996, p. 101), que em termos estatísticos corresponde a dois desvios padrões. Esta amostra, segundo Gil, determina a amplitude de uma amostra tirada de uma população finita com margem de erro de 5%. Para o universo de 1.954 unidades catalogadas, obtivemos o quantitativo de 333 empreendimentos sorteados para amostra geral, número que corresponde a 17% do total de empreendimentos.

O sorteio da amostra foi realizado através de um programa específico para jogos online no qual se lança o número do universo finito do qual se quer retirar certa amostra e em seguida os números sorteados foram substituídos pelos respectivos empreendimentos. Em um segundo momento ou fase como propõe Marconi & Lakatos (2008), foi possível extrair um número menor de empreendimentos e posteriormente analisá-los por subgrupos ou regiões como é o caso da nossa pesquisa.

O objetivo desse tipo de amostra é possibilitar um trabalho mais profundo de análise das situações que envolvem cada um dos empreendimentos investigados em suas respectivas regiões e ao final poder traçar um perfil de cada um deles e da sua localidade. A amostragem estratificada consiste na seleção de uma amostra de cada subgrupo da população. Pode ser proporcional, selecionando-se de cada grupo uma amostra aleatória que seja proporcional à extensão de cada subgrupo determinado por alguma propriedade tida como relevante, neste caso, as mesorregiões (Marconi & Lakatos, 2008, p. 35).

3 Na qual todos os participantes têm a mesma probabilidade de serem sorteados. (Marconi & Lakatos, 2008, p. 28).

Com base nessas informações, no problema de pesquisa, e, sabendo que o Estado de Pernambuco é dividido geograficamente em cinco mesorregiões, identificamos pelo tipo de amostra estratificada o melhor procedimento metodológico a ser aplicado para obtenção dos dados necessários à finalização da pesquisa. As mesorregiões são: Mesorregião do São Francisco, Mesorregião do Sertão Pernambucano, Mesorregião do Agreste, Mesorregião da Mata e Mesorregião Metropolitana do Recife.

Para retirar a amostra de cada Mesorregião seguimos o mesmo procedimento amostral utilizado para retirada de amostra de todo o universo dos empreendimentos do Estado de Pernambuco, ou seja: a fim de garantir a coerência e precisão na coleta de dados, utilizamos o percentual de 17% já calculados pela tabela de coeficiente de Gil (1996, p. 101). Desta maneira obtivemos o número exato de unidades a serem pesquisadas em cada uma das mesorregiões. Para subsidiar e garantir a confiabilidade do processo do trabalho de campo foram retiradas duas amostras uma principal e uma de reposição para cada mesorregião, ou seja: a segunda amostra será utilizada sempre que o empreendimento da primeira amostra não for encontrado, for inexistente, ou se algum empecilho inviabilizar o acesso ao local.

Depois da retirada as duas amostras para cada mesorregião, construímos duas outras listas, desta vez, contendo a quantidade de empreendimento por município. Assim sendo, completamos as informações necessárias para realizar o planejamento da pesquisa de campo incluindo despesas, custos e melhor distribuição da equipe para realização das visitas. Desta maneira temos que, dos 185 Municípios do estado de Pernambuco, 128 deles foram sorteados na amostra que contém os 333 empreendimentos retirados da primeira fase do procedimento amostral.

Após a escolha e elaboração do principal instrumento de coleta de dados, passamos à fase do planejamento da coleta de dados. De posse de todas as informações sobre os municípios e empreendimentos a serem visitados, fizemos um plano de viagem para percorrer todo o Estado de Pernambuco a partir da mesorregião do São Francisco, seguindo todo o Sertão do Estado para a região Agreste, da Mata e por último, Região Metropolitana do Recife.

A pesquisa encontra-se no momento atual em fase de coleta de dados. A equipe formada por três bolsistas e a orientadora foi dividida de forma que já foram realizadas duas viagens ao Sertão do Estado. Foram visitados até o momento 53 empreendimentos dos 66 que foram sorteados na amostra da região, perfazendo um total de 30 municípios, sendo que 24 cidades já foram visitadas.

Impactos sociais, econômicos e suas dimensões no Sertão Pernambucano

Perfil dos empreendimentos

Dos 53 empreendimentos visitados/ pesquisados, portanto 80.30 % da amostra construída, 33 são associações, 11 são cooperativas, 07 é grupo informal e 06 deles identificados nos questionários como “outros”, são grupos de mulheres, sindicatos e feiras de economia solidária. O número

de associados aos empreendimentos são em média 250 por empreendimento sendo que temos empreendimentos com 20 associados e ao mesmo tempo outros com 3000 associados.

A diversidade de atividades desenvolvidas é bastante relevante, entre elas as mais verificadas foram: produção, comercialização e serviços. E os produtos dessas atividades são artesanato, agropecuária; avicultura; suinocultura; empréstimos e crédito. Além da formação para o cooperativismo; a agricultura familiar (feijão, arroz, sorgo e banana); vendas de equipamentos agrícolas; cursos de capacitação; produção e comercialização de hortaliças e derivados do leite; produção de roupas íntimas; produção e comercialização de pães; agricultura familiar; comercialização de rações, medicamentos voltados para agropecuária; palestras e reuniões; cursos de capacitação e comercialização de material de coleta seletiva.

A territorialidade dos empreendimentos é concentradamente no rural das cidades do interior do estado, perfazendo um total de 24 empreendimentos. No espaço urbano, identificamos 10 empreendimentos localizados nas cidades do interior, mas registramos 19 empreendimentos com territorialidade mista, seja: rural-urbana, o que acompanha a tendência do processo de urbanização do estado, região e país.

Em relação aos primeiros impactos ou mudanças verificadas, temos que os 53 empreendimentos visitados apresentaram fluxo de atividades ascendente, estável, ou descendente. 35 empreendimentos apresentaram aumento de suas atividades, e 03 não sofreram alteração, permaneceram com o mesmo volume de atividades. Em 15 empreendimentos as atividades diminuíram sua intensidade. Da mesma forma o número de participantes aumentou, permaneceu estável ou diminuiu: em 40 empreendimentos houve aumento de associados, em 03 não houve aumento de participantes e em 10 o número de participantes e, ou associado diminuiu. Nem sempre existe relação de sincronia entre redução do fluxo de atividades com redução de participantes e, ou associados.

A composição da renda do empreendedor é variável. Em 10 empreendimentos a renda é exclusivamente proveniente das atividades desenvolvidas no empreendimento. Nos demais 43 empreendimentos, o ganho no empreendimento está associado com a percepção de outras rendas, como: salário (12), aposentadoria e, ou pensão (8), benefícios de programas sociais (11), ou trabalho voluntário (12). Essas características não são somente sinais de baixas rendas dentre os empreendedores, mas também dificultam a determinação dos impactos e, ou mudanças objetivas no plano econômico ou financeiro do empreendimento e na vida dos empreendedores, além da economia local.

Quanto à renda em valores, 15 entrevistados afirmaram que possuem renda inferior a R\$ 465,00, salário mínimo vigente no momento de realização da entrevista, 17 perfazem um salário mínimo, 06 dois salários mínimos, 01 perfaz três salários mínimos e 01 mais de cinco salários mínimos, ou seja: de R\$2.325,00 em diante. 13 afirmaram não possuir qualquer renda.

Questionados como faziam a distribuição dos ganhos do empreendimento entre os associados e, ou participantes, 27 dos entrevistados declararam que o fazem de acordo com o trabalho realizado, 07 os distribuem igualmente entre os sócios, 03 conforme a necessidade de cada trabalhador, igual

número por tarefa realizada na gestão e, ou na produção. 01 entrevistado afirmou que os ganhos são distribuídos entre os sócios do empreendimento de forma proporcional ao percentual investido, e os 12 restantes afirmaram que não há distribuição de ganhos por que o trabalho é voluntário ou não auferem ganhos.

Perguntados sobre as condições em que realizavam o trabalho no empreendimento, inclusive quanto aos equipamentos necessários 21 afirmaram que o realizavam em boas condições e desses 16 inclusive com bom ambiente de salubridade enquanto 32 ou a maioria entende que as condições do trabalho não são as ideais, inclusive 37 reclamam do ambiente insalubre. Além do que o trabalho que desenvolve nem sempre é protegido pela previdência social. Com proteção social 12 entrevistados afirmaram que a possuem, mas recolhendo INSS somente 7 o fazem, os 5 restantes dizem dos demais benefícios. É elevado o número dos entrevistados e empreendimentos – 41 – são descobertos pela proteção social. O que significa que o empreendimento e, ou trabalho realizado é altamente precário. Sobretudo para fazer face ao trabalho assalariado no capitalismo.

Impactos econômicos - dimensão objetiva ou mudanças quantitativas

A dimensão quantitativa ou acréscimos de bem-estar foi precisado tomando como parâmetro a contribuição do empreendimento para a vida profissional, pessoal, familiar e para a sociedade local. Para 28 dos 53 entrevistados o ingresso ou ter se tornado sócio de um empreendimento econômico solidário mudou sua situação financeira, pois os ganhos auferidos com o trabalho realizado oportunizaram estabilidade financeira pessoal, profissional e para a família com repercussão na sociedade local. Apesar de não ser o único ganho para todos os entrevistados os obtidos com o empreendimento oportunizaram: poder oferecer para si ou para membros da família “educação privada, comprar bens de consumo para a família”, o que garante para eles “bem estar em casa”. “Melhorou nossa renda familiar”, assim se expressaram os 27. Ainda quanto aos acréscimos, um entrevistado mencionou que os ganhos foram utilizados para “aquisição de bens e equipamentos para melhorar a produção”. Mas ainda é significativo o número dos que afirmaram não ter havido mudanças, ao todo são 25. A informação contradiz as afirmações quanto a renda, pois somente em 32 houve incremento de atividades e de ingressos e apenas 13 disseram não possuir renda ou realizar trabalho voluntário.

Seja para a vida profissional, pessoal ou familiar os impactos econômicos podem ser traduzidos para 24? em “melhoria de padrão de vida, oportunidade de trabalho, fonte de renda, conforto”. Inquestionável é serem, direta ou indiretamente, responsáveis os empreendimentos por impactos econômicos na dimensão objetiva na vida dos empreendedores e suas famílias.

Claramente se expressaram os entrevistados sobre a contribuição que os empreendimentos puderam significar em termos de impactos na comunidade e, ou sociedade local. 05 identificam contribuição econômica, orientações e organização. Segundo 23 deles, impactaram no desenvolvimento da comunidade, pois o empreendimento trouxe benefício, prestação de serviços, projetos sociais, geração de renda e trabalho, organização das pessoas para reivindicarem direitos e ainda se

constituíram em incentivo à cultura, quando produzem e fortalecem produtos regional ou local, como o artesanato

Impactos sociais – dimensão substantiva ou das mudanças qualitativas

A inserção do trabalhador nas iniciativas econômicas solidárias não impactou, exclusivamente, na dimensão objetiva ou quantitativa em termos de ganhos econômicos para o empreendedor e sua família e, ou para o empreendimento. Impactos sociais na dimensão substantiva ou qualitativa das mudanças puderam ser verificadas, sejam nas condições de vida dos participantes, de suas famílias como no local. Para a vida profissional, 21 registram mudanças qualitativas em termos de ampliação ou exercício de conhecimentos, seja realizando cursos, capacitações, informações ou se qualificando profissionalmente. Para 07 entrevistados o impacto social mais importante foi na dimensão substantiva ou mudança qualitativa, pois foi sua participação no empreendimento que os levaram a “aprender uma profissão”. E para outros 6 significou uma oportunidade de trabalho, mais trabalho, mais experiência. Para 01 empreendedor a dimensão substantiva foi a de assumir ou significar mais responsabilidade profissional. Outras mudanças qualitativas sinalizadas por 07 entrevistados foi o fato de que desenvolveram características importantes para o fazer profissional e declararam que foi muito importante terem aprendido a dialogar, atender ao público, trabalhar noutra forma de organização, e trabalhar em equipe. Na vida pessoal as mudanças aconteceram no plano comportamental: 6 afirmaram terem amadurecido como pessoa.

E mudanças substantivas também aconteceram na vida pessoal e familiar de 14 entrevistados que afirmaram ter verificado impactos positivos até no convívio com a família, estão mais comunicativos e estabelecendo diálogos e melhores relacionamentos inter-pessoal. Igual quantitativo (14) sinalizou como impacto social qualitativo ter também desenvolvido características pessoais importantes como esperteza, tranquilidade, calma, consciência social, saber ouvir o outro e ampliar ou fortalecer laços de amizade. O fato de terem “conhecido outras realidades, significa em si mesmo, mudança qualitativa substantiva”.

No que se refere aos impactos sociais nas famílias dos entrevistados, 20 dos entrevistados afirma ter melhorado seu relacionamento familiar, a sua inserção no empreendimento trouxe mais harmonia, respeito, interação e conscientização do papel da família. Para 04 dos entrevistados foi possível proporcionar maior participação da família nas atividades do empreendimento, 01 deles afirma que mudou o seu comportamento e trouxe mais oportunidades. Já 11 das pessoas entrevistadas não apontam nenhum tipo de contribuição para a sua vida familiar.

Quando se trata das mudanças para a sociedade, segundo informação dos entrevistados, 04 deles afirmam que hoje sentem que tem mais reconhecimento social. Os reconhecem como trabalhador. Outros 03 falam da ampliação ou aumento da conscientização ambiental e 11 trazem a conscientização política, valorização da mulher, acréscimo à visão de mundo, valorização da criança e do adolescente como principais mudanças para a sociedade, já que são reconhecidos e, ou

realizam trabalhos ou prestam serviços para a comunidade local. É recorrente a mudança ou impacto qualitativo no âmbito da interação e aproximação entre as pessoas que 03 entrevistados declararam, além do incentivo e promoção ao conhecimento proporcionado pelas atividades do empreendimento às pessoas beneficiadas por estas ações.

Mudanças na dimensão qualitativa ou sociais

Na pesquisa realizada ficou evidente que para a maioria dos trabalhadores associados aos empreendimentos, a sua participação neste tipo de atividade econômica representou acréscimos substantivos diversos. Os mais apontados pelos entrevistados foram, sobretudo aqueles relativos ao acréscimo de conhecimento oportunizado, assim expresso: “o fato de poder voltar a estudar mudou nossa vidas, fazer faculdade foi um sonho realizado além de melhorar a qualidade de vida”. Alguns ainda falam dos acréscimos nos relacionamentos como o aumento na rede de relacionamento, maior integração com a comunidade, conscientização de direitos, maior reconhecimento social, melhoria de condições de vida, acesso a informação, mais aceitação dos amigos. Mas não podemos deixar de registrar que 05 empreendedores não percebem impactos e apontam que não houve mudanças em sua vida. E todas as outras destacam as melhorias no lazer e no bem estar geral, sentem mais conforto e melhoria na qualidade de vida. Falam ainda da ocupação de espaços de participação, mais expectativa para o futuro, mais segurança e poder de representatividade nos espaços públicos.

Para outros a importância do trabalho no empreendimento está em se sentir útil, em poder conscientizar as mulheres do grupo para se impor diante dos maridos, terem mais autonomia e melhorar o modo de se expressar. Também a possibilidade de intercâmbio entre os empreendimentos e comunidades, e a melhoria no diálogo são citadas como mudanças qualitativas. Ajudar ao meio ambiente e participar mais ativamente da vida política da cidade também foram aspectos importantes trazidos pelos participantes desta fase inicial de pesquisa na Mesorregião do sertão Pernambucano.

Conclusões ou notas finais

Como a pesquisa ainda está em andamento não podemos retirar conclusões gerais da pesquisa, mas apenas parciais. No caso específico desta região, temos que a maioria dos empreendimentos solidários trabalha forte com a organização popular das comunidades, que poderemos chamar de capital social, e as atividades econômicas desenvolvidas pelos mesmos acompanham as atividades características da região. Ou seja, a agropecuária, a agricultura familiar, o estímulo ao crédito, as artes manuais, o cultivo de hortaliças e o artesanato são as principais atividades desenvolvidas nas suas várias modalidades. O que até certo ponto incrementa a economia local com repercussões no bem estar social geral. Um fato interessante ressaltar é que tem crescido naquela área a modalidade de cooperativa de crédito, chamado pelos economistas de micro crédito, e que a mesma naquela região toma os moldes de ajuda e serviço à comunidade local, como forma de movimentar o comércio local e injetar recursos, tecnologia e investimento na economia.

A modalidade de associações e empreendimentos de pequeno porte considerados até 100 participantes são uma constante naquela área, sendo os sindicatos rurais de trabalhadores o órgão organizador da comunidade. Na verdade o sindicato, forma tradicional de organização política, funciona como canal intermediador para adesão das organizações de empreendedores solidários aos vários projetos sociais do governo para beneficiamento da população de todo o município. A iniciativa dos trabalhadores provoca até certo ponto processos de inclusão ou até mesmo de cooptação política. O que pode ser entendido o empreendimento como portador de poder.

Os empreendimentos da região são geralmente bem articulados com outros empreendimentos e com os movimentos sociais, compondo de certo modo toda uma rede de organizações produtivas solidária, mesmo por que a maior parte deles já tem mais de 10 anos de existência. Portanto, são estáveis, reconhecidos e já conquistaram a confiabilidade da comunidade.

Pode-se afirmar também que nesta região a relação da entrada do trabalhador associado no empreendimento com sua melhoria de vida acontece muito mais, no plano do social e ideológico do que nos acréscimos financeiros. Se bem que impactos econômicos e sociais são faces da mesma moeda.

Pelos dados coletados até o momento a indicação é de que o trabalho realizado por estas pessoas também possui forte componente de satisfação pessoal e social de ajudar e contribuir com os processos de conscientização e politização das pessoas do que com os ganhos financeiros de um modo geral. Confirma até certo ponto a tese de que não se trabalha exclusivamente pelo rendimento ou ganho. A satisfação pessoal é um indicador qualitativo do que a participação num empreendimento pode impactar, até mesmo como mudança qualitativa.

Vale salientar que existem empreendimentos na região de grande porte que operam com diversidade de vínculos trabalhistas inclusive com assalariados o que limita a interpretação de suas existências e desenvolvimento nos moldes da economia solidária. São na maioria cooperativas de serviços nas quais organizam os associados que prestam os serviços e por eles recebem pagamento. São contribuintes que quando precisam de algum serviço acessam à cooperativa, como é o caso das de energia presentes em algumas cidades da região.

Como nota final pode-se afiançar que, em meio a uma variedade de programas sociais de transferência de renda, impactos econômicos, mudanças quantitativas e sociais ou acréscimos de bem estar são produzidos pelos empreendimentos econômicos no âmbito da economia solidária no estado de Pernambuco, e podem ser avaliados como significativos nas dimensões objetiva e substantiva, além da subjetiva.

Referências

- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Avaliação dos Impactos socioeconômicos dos Empreendimentos solidários em Pernambuco-. (Projeto de Pesquisa)
- _____ et al. Avaliação de programas sociais. A intermediação de mão de obra da agencia do trabalho – Recife/PE, Ed. Universitária da UFPE, 2004.
- BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de programas sociais. São Paulo, Veras, 2000.
- BROWNE, A., WILDAVSKY, A. (1984), “Implementation as exploration”, in Pressman, J., Wildavsky, A. (Eds), Implementation, 3rd ed., University of California Press, Berkeley, CA, pp.195-215.
- CARDOSO AL 1998. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas. Proposta 77:42-53.
- COHEN & FRANCO. Avaliação de projetos sociais. 3ª Ed. São Paulo, Vozes, 1993.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques, Aspectos teóricos metodológicos da pesquisa avaliativa. In SILVA, Maria Ozanira Silva e (ORG). Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática. Ed. Veras, São Paulo, 2001.
- MARTINELI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa um instigante desafio. São Paulo, Veras 2003
- ROCHE, Chris. Avaliação de impactos do Trabalho das ONG’S: Aprendendo a valorizar as mudanças. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAUL Elizabeth Melo, Ana Maria. Avaliação Participante: uma abordagem crítico-transformadora In: Elizabeth Melo Rico (org.) - Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo, Cortez Editora, 1998.
- SILVA, Maria Ozanira Silva e (ORG). Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática. Ed. Veras, São Paulo, 2001.
- STEPHANOU, Michelle C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Vol. 5, No 1 (2005).